

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 27 de janeiro de 2019

Assunto: Audição do Conselho Diretivo do Infarmed sobre as falhas de medicamentos nas farmácias registadas em 2018

Em 2018, terão faltado nas farmácias portuguesas mais de 64 milhões de embalagens, mais 15 milhões do que foi verificado em 2017.

A lista dos medicamentos que falharam em 2018 é liderada pelo Sinemet, um medicamento para o Parkinson, seguindo-se o Tarjenta (para a diabetes tipo 2), a aspirina GR (para trombozes e enfartes), o Spiriva (doença pulmonar obstrutiva crónica) e o Adalat (hipertensão).

Alguns dos medicamentos em falta são considerados essenciais pela Organização Mundial de Saúde, como é o caso do Lantus caneta de 5ml, uma insulina injetável.

A falha de medicamentos é traz grandes e graves consequências para os doentes. A ansiedade de não encontrar na farmácia o medicamento prescrito ou, nos casos mais graves, a interrupção do tratamento por rutura de stock do abastecimento, são apenas algumas das consequências.

A falha de medicamentos não é um caso inédito. Todos nos lembramos de medicamentos que a indústria descontinuou (ou tentou descontinuar) por considerar que já não eram rentáveis o suficiente ou de medicamentos que a indústria deixou de vender em Portugal, reorientando o seu stock para outros países onde o preço praticado é mais elevado.

A título de exemplo:

Em maio de 2018, a farmacêutica Roche decidiu retirar do mercado um medicamento que na sua fórmula em xarope era utilizado nos tratamentos de crianças imunodeprimidas, nomeadamente, situações oncológicas ou de crianças com HIV, decisão que apanhou de surpresa médicos e pais de crianças que necessitavam deste medicamento. Esta retirada do mercado não estaria relacionada com nenhuma questão de eficácia, qualidade ou segurança deste medicamento, mas sim com uma razão economicista: o medicamento teria deixado de ser atrativo do ponto de vista económico para a farmacêutica e ela deixou de ter interesse em mantê-lo no mercado.

Algo semelhante aconteceu em fevereiro de 2017 quando foi também noticiada a descontinuação ou a dificuldade de acesso a fármacos usados em tratamentos oncológicos exatamente pelas mesmas razões: as farmacêuticas consideraram que estes fármacos se tornaram muito baratos e, por isso, deixaram de ter interesse comercial. Nessa altura, a responsável da Unidade da Mama e do Programa de Investigação do Cancro da Mama da Fundação Champalimaud, disse que estávamos a “falar de fármacos básicos necessários para cerca de 80% dos doentes oncológicos”.

O Sinemet, para a doença de Parkinson, registou inúmeras falhas no final de 2018 relacionadas com problemas no local de fabrico desse medicamento, o que levou o Infarmed a procurar alternativas e levou o Governo à publicação da Portaria n.º 277-A/2018 que autoriza o Infarmed “a título excepcional e devidamente justificado, conceder ao titular de autorização de introdução no mercado (AIM), fabricante ou distribuidor por grosso, devidamente autorizado como representante legal do titular de AIM, autorização excepcional para colocação no mercado dos lotes de medicamentos estritamente necessários a colmatar ruturas de fornecimento quando, comprovadamente, não houver alternativa terapêutica, ainda que rotulados em língua diferente da aprovada em sede de AIM”.

Também recentemente tem sido notícia a inexistência de sensores para medição da glicose através de aparelho de medição digital. Ao que tudo indica, essa rutura estará relacionada com a renegociação da contratualização feita entre a Abbott e o Infarmed.

Certo é que as falhas de medicamentos e dispositivos acontecem vezes de mais e na maior parte das vezes as responsabilidades são imputáveis à indústria que ora quer

descontinuar medicamentos mais baratos para os substituir por outros mais caros, ora orienta o seu stock para outros países onde os medicamentos são comercializados a um valor superior; outros casos em que se verificam falhas de abastecimento porque a indústria quer ganhar força negocial para renegociar os termos da contratualização e os preços acordados com o Infarmed.

Sabendo dos milhões de ocorrências de falhas que aconteceram durante o ano de 2018 e das consequências que isso tem na vida dos doentes, o Bloco de Esquerda pretende ouvir o Infarmed na Comissão Parlamentar de Saúde para saber das causas para as ruturas registadas durante o ano de 2018, sabendo também se essas falhas são imputáveis à indústria.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Conselho de Diretivo do Infarmed para explicar as causas das falhas de medicamentos nas farmácias registadas durante o ano de 2018.

O Deputado do Bloco de Esquerda,
Moisés Ferreira